



# **ESTADO DE SANTA CATARINA**

## **GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS**

**Lei nº 0956/2009 de 30 de novembro de 2009.**

**Dispõe sobre a concessão de uso de bens imóveis da Municipalidade como incentivo ao desenvolvimento Esportivo, recreativo e cultural do Município.**

**ENOÍ SCHERER**, Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,

**FAÇO SABER** a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A utilização de bens imóveis do Município de Tunápolis, por associações, como incentivo ao desenvolvimento esportivo, recreativo, social e cultural do Município, ou por empresas que tenha sua principal atividade econômica a comercialização de bebidas e alimentos, será efetuada nos termos desta Lei.

**Art. 2º** A Administração Municipal poderá realizar a concessão de uso das edificações, como forma de incentivar o desenvolvimento de atividades e eventos de caráter esportivo, recreativo, social e cultural, permitindo, inclusive, fins lucrativos.

§ 1º O Prazo para concessão de uso de que trata este artigo, será de acordo com os processos de licitação em suas respectivas modalidades, podendo ser prorrogados em até 60 meses, conforme previsto na Lei de Licitações nº 8.666/93, em seu artigo 57.

§ 2º Para a prorrogação do prazo de que trata o § 1º deste artigo, a associação e/ou empresa concessionária deverá demonstrar fundamentadamente a intenção da dilatação do prazo.

§ 3º Para beneficiar-se da concessão de que trata este artigo a concessionária deverá cumprir os seguintes requisitos:

I – ter sua sede no Município de Tunápolis;

II – a atividade principal e secundária deve ser voltada para o ramo esportivo, recreativo, social e cultural quando for Associação, e ter como atividade principal a comercialização de bebidas e alimentos quando for empresa;

III – regularidade da habilitação jurídica e fiscal da associação e ou empresa interessada;

**Art. 3º** A concessão de uso de que trata esta Lei será precedida de licitação, em suas respectivas modalidades previstas na Lei 8.666/93.

**Art. 4º** Os imóveis objeto de concessão de uso serão previamente avaliados.

**Art. 5º** A seleção das associações/empresas interessadas será feita mediante aplicação dos seguintes critérios de pontuação:



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

### I - Quando for Associação:

- a – dez pontos se tiver sua sede na comunidade ou localidade onde estiver instalado o bem público;
- b – oito pontos se tiver em pleno funcionamento há mais de quatro anos ;
- c – seis pontos se tiver em pleno funcionamento de dois a quatro anos;
- d – quatro pontos se tiver em pleno funcionamento em menos de dois anos.

### II - Quando for Empresa:

- a - Proposta mais vantajosa apresentada no julgamento da licitação pública.

§ 1º No caso do Inciso I, deste artigo, será vencedora do respectivo certame licitatório a licitante que somar o maior número de pontos.

§ 2º No caso de empate na pontuação entre duas ou mais associações/empresas, o desempate será feito mediante sorteio público.

**Art. 6º** As associações e/ou empresas concessionárias deverão iniciar suas atividades em no máximo de 01(um) mês, contados da assinatura do respectivo termo de concessão de uso.

Parágrafo único. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos enseja a rescisão do termo de concessão de uso, bem como a reversão do imóvel ao Município, sem qualquer indenização.

**Art. 7º** As associações e/ou empresas cessionárias deverão cumprir as seguintes exigências:

I – Realizar a manutenção física do bem público, com substituições de materiais e equipamentos danificados e reformas de estrutura, exceto os danos causados por depreciação natural ou fenômenos climáticos.

II – Disponibilizar o espaço para a Prefeitura Municipal, sem cobrança de aluguel, sempre que for solicitado;

III – Realizar a manutenção higiênica do bem público, para oferecer um espaço limpo e arejado aos usuários;

IV - Ficará responsável pelo pagamento total ou parcial do consumo de energia elétrica e de água, conforme o estabelecido pelo edital de concessão de uso.

V – Apresentar a declaração de Informações Econômicas e Fiscais – DIFE anualmente;

VI- Apresentar outros documentos e informações que a Administração Municipal julgar necessários para a verificação do cumprimento das exigências assumidas.

**Art. 8º** A Administração Municipal fiscalizará o cumprimento, por parte da concessionária, das exigências do que trata o Art. 8º.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das exigências estabelecidas enseja a rescisão do termo de concessão de uso, bem como a reversão do imóvel ao Município, sem qualquer indenização.

**Art. 9º** A concessão uso de que trata esta Lei será formalizada mediante assinatura de termo de concessão, do qual deverá constar, no mínimo as seguintes cláusulas:

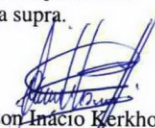
- I - descrição do imóvel concedido;
- II - finalidades da concessão de uso;
- III - atividades a serem desenvolvidas pela associação e/ou empresa concessionária;
- IV - as responsabilidades da associação e/ou empresa concessionária e os prazos para seu cumprimento;

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 30 de Novembro de 2009.

  
ENOL SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
Em data supra.

  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.